

## **TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE: A REALIDADE DA JUVENTUDE**

*Tatiane Thais Lasta<sup>1</sup>  
Daniel Rodrigo Strelow<sup>2</sup>  
Luis Cláudio Krajevski<sup>3</sup>  
Ivo Marcos Theis<sup>4</sup>*

**RESUMO:** A temática da juventude é recorrente no Brasil em vista da complexidade que a caracteriza atualmente. Os jovens, por constituírem um grupo considerado vulnerável socialmente, são altamente influenciados e extremamente cobrados pela sociedade do consumismo e do individualismo. No Brasil, a temática da juventude vem tomando corpo e espaço, sendo foco de pesquisas acadêmicas e preocupações do poder público. Além disso, movimentos organizados buscam expor a preocupação com esta questão, levantando discussões tanto na academia, quanto na sociedade. O desemprego e a informalidade tornam-se elementos fundamentais para a sobrevivência do modelo vigente e a juventude mostra-se um dos segmentos que mais sofre com estes males. A década de 1990 é marcada pelo advento das políticas neoliberais, as quais promovem diversas transformações no mundo do trabalho. Este breve artigo tem por interesse a realidade do jovem frente ao mercado de trabalho em Santa Catarina. Privilegiamos a ideia de como a juventude (ou uma grande parte dela) se depara frente à expressivas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Estas dificuldades se revelam nos índices de desemprego, na informalidade, baixas remunerações, entre outras vulnerabilidades socioeconômicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercado de trabalho; Juventude; Santa Catarina.

### **1. INTRODUÇÃO**

Não há mais dúvidas de que a sociedade atual é pulsada por significativas desigualdades econômicas e sociais. Entretanto, tal realidade é característico e necessário para

---

<sup>1</sup> Economista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (e-mail: tatilasta@gmail.com)

<sup>2</sup> Economista, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (e-mail: danistrelow@gmail.com)

<sup>3</sup> Economista, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau, Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (e-mail: luisclaudio@uffs.edu.br)

<sup>4</sup> Economista, doutor em Geografia pela Eberhard-Karls-Universität Tübingen (Alemanha), professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e coordenador do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB), e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 2 (e-mail: theis@furb.br)

o desenvolvimento do modo de produção capitalista, assim, tais disparidades se fazem necessárias para que o modelo sobreviva e se fortaleça. As maiorias desprivilegiadas, “do andar de baixo”, só restam ver diariamente seus direitos mais básicos negados, como alimentação, trabalho, saúde, educação e tantos outros. Tal situação pode ser marcada pelo que se denomina de desenvolvimento desigual. Este sustenta que as desigualdades são produzidas pelo próprio modelo de desenvolvimento vigente, observadas na diferença escancarada das paisagens das regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. E, conforme nos recomenda um importante geógrafo da atualidade, é a acumulação do capital com bases no livre mercado que produz as diferenciações geográficas em termos de riqueza e poder (HARVEY, 2004).

As populações estão sendo violadas, excluídas diariamente e as disparidades entre castas sociais são tratadas como algo natural. Tal coexistência das desigualdades socioeconômicas e o descaso das elites e governantes se aliam à ausência de garantia dos direitos fundamentais gerando, por consequência, exclusão social. Nos últimos anos prevaleceram as políticas neoliberais, as quais historicamente tem agravado e ocasionado um cenário de desintegração social e aumento da desigualdade. “A lógica deste modelo tem transformado pessoas e relações humanas em mercadorias” (HOLLOWAY, 2003). Sobre uma estrutura social já desigual e excludente ampliaram-se, portanto, o desemprego e a precarização das relações de trabalho (trabalho sem carteira assinada, em tempo parcial, em tempo determinado, elevada rotatividade, etc.) (OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, p. 23).

Para se ter uma ideia, nosso país é constituído por 48 milhões de habitantes entre 15 a 29 anos, dos quais 34 milhões encontra-se na faixa etária entre 15 a 24 anos. Ainda segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2009), constata-se que os jovens enfrentam elevadas taxas de rotatividade, principalmente por ocuparem postos de trabalhos mais precários, muitas vezes de caráter temporário, ou porque não possuem outras alternativas. Não obstante, constituem o grupo etário mais desfavorecido pelas condições de trabalho, pois apresentam altas taxas de desemprego e informalidade, baixos rendimentos e ausência de proteção social. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2006 os trabalhadores jovens ganhavam, em média, menos de metade do que ganhavam os adultos e 63% não tinham carteira profissional assinada. Portanto os jovens se encontravam mais vulneráveis e desamparados em relação à segurança social.

Marcio Pochmann publicou diversos estudos sobre a temática da juventude no Brasil com enfoque no mercado de trabalho. De acordo com este autor:

Os jovens, em especial, são atingidos decisivamente. De um lado pelo desemprego, já que a cada duas pessoas sem trabalho no Brasil, uma possui menos de 25 anos de idade. De outro, sem a perspectiva de mobilidade social ascendente, cresce, sobretudo entre os jovens, tanto a violência como a emigração da população com maior grau de escolaridade (POCHMANN, 2004, p.396).

Dados em nível de Brasil revelam que a juventude ocupa os piores índices quando se trata de desemprego, representando 54% dos desempregados. Além disso, os jovens representam no país 46% dos migrantes e 56% da população carcerária sendo, desta forma, vítimas das mais variadas formas de violências todos os dias. A juventude sempre foi um dos grandes motores das lutas pelo país e pelo mundo. Muitos consideram a juventude como protagonista da transformação da sociedade, tornando-se assim um ator estratégico no desenvolvimento das nações. Daí então se reconhece a importância e a necessidade de aprofundar este debate e de se investigar ainda mais a realidade do jovem no mercado de trabalho e as desigualdades e dificuldades “sentidas na pele” por este segmento da sociedade. Nosso intento foca-se num breve diagnóstico sobre o jovem, o mercado de trabalho e sua realidade em Santa Catarina. Apesar de Santa Catarina ser identificada, muitas vezes, como um Estado que apresenta indicadores melhores que as demais unidades da federação, as desigualdades não deixam de existir, pelo contrário, observa-se que as condições do jovem no mercado de trabalho catarinense são semelhantes ao que se passa no cenário nacional.

O artigo está dividido nas seguintes sessões: após esta sessão introdutória tem-se uma breve apresentação de alguns conceitos importantes para a compreensão do jovem e o mercado de trabalho. Na sessão três tem-se o contexto das transformações no mercado de trabalho em nível mundial e brasileiro. Na sessão seguinte, uma breve descrição da metodologia adotada no presente ensaio. A seguir, são apresentados os dados do jovem e sua inserção no mercado de trabalho em Santa Catarina. Por fim, são exibidas algumas considerações finais e sugestões para estudos futuros.

## **2. JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO – ALGUMAS CONCEITUAÇÕES IMPORTANTES**

Buscando contextualizar as principais características a respeito do jovem e o mercado de trabalho, este texto parte de algumas definições, conforme as descrições a seguir.

Com relação a definição de jovem, esta é subjetiva e possui diferentes recortes (Organização Internacional do Trabalho - OIT, Secretaria Nacional da Juventude, DIEESE, entre outros). Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2004) “o termo juventude refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância para a condição de adultos e durante o qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e gênero” (p.23). Ao analisarmos estudos mais antigos sobre o tema juventude na década de 1960, por exemplo, “jovens” eram considerados somente os estudantes ou universitários e o restante desse segmento era “invisível”, como a juventude trabalhadora, a juventude da periferia, a juventude da roça. Somente a partir da década de 1990 que a juventude entra em pauta pública, quando o tema começa a se tornar preocupação com os problemas vividos pela juventude como violência, envolvimento com o mundo da criminalidade, exclusão, desemprego. Por outro lado, apareciam às organizações, movimentos juvenis das mais variadas formas que começam a denunciar as condições de vida que enfrentavam (FREITAS, 2007). Este trabalho considera como jovem, o grupo de pessoas que possui idade entre 15 e 24 anos de idade.

Juventude aqui é entendida como uma categoria social. Esta categoria faz dos jovens mais do que uma faixa etária, o que não significa um grupo coeso ou uma classe de fato. A juventude torna-se: a) uma representação sociocultural (a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos); b) uma situação social (a juventude é uma situação vivida em comum por certos indivíduos). O jovem de que aqui se fala então, é definido social e culturalmente. Não é mais criança, nem é adolescente (DICK, 2003, p.26).

O modo de produção capitalista afastou o homem das ferramentas necessárias para a sua subsistência. Neste sentido, o capitalista passou a deter os fatores de produção e aqueles

que não tiveram esta condição passaram a vender sua força de trabalho como único meio para sobreviver. A busca por atividades que permitam a subsistência aliada a demanda dos capitalistas por trabalhadores constitui o denominado mercado de trabalho. As condições da vida humana levam as pessoas a buscar uma colocação neste mercado de trabalho que lhe possibilitem sua sobrevivência, além de implicar nas expectativas referentes a “um futuro melhor”. Este mercado de trabalho, ao longo do tempo, tem se tornado frequentemente mais dinâmico, flexível e especializado. Desta forma, os seres humanos têm se inserido no mercado de trabalho cada vez mais cedo. Assim, os jovens acabam constituindo um significativo segmento dos trabalhadores que efetivamente trabalham ou estão em busca de uma ocupação.

O universo a respeito dos estudos e pesquisas a respeito do mercado de trabalho considera, como ponto de partida, a População em Idade Ativa – PIA. A PIA considera as pessoas com dez anos de idade ou mais (IBGE, 2015). A PIA pode ser dividida em três segmentos: ocupados, desocupados e não economicamente ativos. Ocupados são aqueles que, no momento da pesquisa, exercem atividade remunerada ou desenvolvem atividades não remunerada em condições específicas (trabalho realizado em atividades de familiares). Os desocupados compreendem as pessoas que não estão ocupadas mas que estão à procura de uma atividade remunerada, isto é, estão à procura de emprego, sendo usual o período de referência de trinta dias (IBGE, 2015). O pessoal ocupado acrescido do pessoal desocupado constitui a População Economicamente Ativa – PEA (SEADE, 2015). As pessoas não economicamente ativas são aquelas que não se encontram nem ocupadas nem desocupadas no período analisado.

No caso brasileiro, apesar de algumas políticas públicas que visam estimular a entrada do jovem no mercado de trabalho, esta inserção ainda não atinge os resultados esperados, além de ser permeada de desigualdades significativas. As políticas neoliberais e a reestruturação produtiva a partir da década de 1990 contribuíram, sobremaneira, para a redução de oportunidades para os jovens no mercado de trabalho. Não obstante, as dificuldades enfrentadas por parte da juventude brasileira, tais como pouco tempo de estudo, baixa qualificação, inexperiência, remuneração inferior, entre outros, contribuem para a existência de disparidades no mercado de trabalho em que o jovem está inserido. Evidentemente, há distorções provocadas por áreas de abrangência e regiões objetos das pesquisas, número de

anos de ensino formal, atividades econômicas, questões de gênero, faixa etária, entre outros, além da situação de emprego formal ou informal.

A existência de fontes de pesquisa e metodologias diferentes, além da não padronização das faixas etárias em que o jovem é inserido, dificulta uma análise mais elaborada e precisa sobre a participação da juventude no mercado de trabalho. Apesar de estudos recentes trazerem dados e informações a respeito, diagnósticos mais elaborados, que considerem o impacto das políticas públicas voltadas a juventude brasileira e catarinense, ainda necessitam serem produzidos. Evidentemente, tal situação não impede a análise do jovem e o mercado de trabalho catarinense. Neste sentido, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, divulgada em maio, a taxa de desemprego em Santa Catarina atingiu apenas 3,9% da população no primeiro trimestre de 2015, sendo este o melhor resultado por Estado brasileiro (DIÁRIO CATARINENSE, 2015). Apesar do baixo índice de desemprego no Estado, o jovem catarinense enfrenta dificuldades semelhantes aos jovens das demais unidades da federação.

### **3. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

A atual fase do modo de produção é expressa pelo domínio do “capital financeiro” sendo “a etapa mais avançada do capitalismo porque nela a capacidade de mobilização dos capitais se transforma em uma força de supressão das barreiras tecnológicas e de mercado” (CHESNAIS, 2005, p.19) caracterizando, portanto, uma fragilidade nas condições de trabalho.

O trabalho nada mais é que um: “processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1988, p.142).

A passagem do século XXI veio acompanhada de profundas e complexas transformações no modo de produção capitalista e no mundo do trabalho. Conforme Harvey (1996) é a partir da década de 1970 que as grandes mudanças ocorreram, seja nas práticas econômicas, políticas e culturais. Isso não significa o começo de uma sociedade pós-capitalista, vem apenas alertar que o modelo de acumulação taylorista-fordista está superado.

Harvey (1996) ainda separa em dois períodos as transformações ocorridas: o primeiro período a partir de 1910 e o segundo de 1973 em diante. No primeiro a sustentação do sistema capitalista se dava ao fordismo-taylorismo e mais tarde com o keynesianismo. Os principais motores da acumulação de capital eram produção por escalas, linha de produção, disciplina, organização do trabalho por tarefas, funções repetitivas. Em 1945 acontece a abertura ao investimento dos EUA na Europa e o fordismo “significou a formação de massas globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo” (HARVEY, 1996, p. 131). O fordismo - taylorismo funcionou até 1973 onde entra em um período de recessão do qual se inicia um novo ciclo do capital, batizado de período de “acumulação flexível”, marcado por momentos como a crise mundial nos mercados imobiliários, aumento do preço do petróleo, profunda crise fiscal. Esse processo de “acumulação flexível” se apoia:

[..] na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento dos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’ bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1996, p.140).

O resultado de tais mudanças segundo Harvey, foi uma nova estruturação do mercado de trabalho, onde trabalhadores formais, (com carteira assinada) tornam-se minoria e os custos dessas mudanças seriam pagos justamente pelo que Ricardo Antunes chama de a "classe que vive do trabalho", ou seja, a conta sobra para o trabalhador nas mais diferentes formas como a informalidade, baixos rendimentos e desemprego.

Todas essas mudanças na estrutura da economia do país impactaram de forma significativa o desempenho econômico e, sobretudo, as relações de trabalho dado a redução da participação do emprego industrial, e o crescimento do setor terciário, simultaneamente com a precarização das relações de trabalho, refletida no aumento do emprego informal. Atualmente, além do desemprego, vivenciamos diferentes maneiras, novas e precárias, de contratação (que favorecem o capital) em que o poder de negociação de quem trabalha, cada vez mais fica

limitado aos interesses do capital. Isso significa uma perda do poder de negociação por parte daqueles que vendem sua força de trabalho ao capital já que os trabalhadores (ou como o autor chama a “classe-que-vive-do trabalho”) saem mais uma vez desfavorecidos (ANTUNES e ALVES, 2000).

É de consenso destes autores (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2000; HARVEY 1996; OLIVEIRA 2010) concluir que o modelo de acumulação capitalista para sobreviver exige que se mantenham altas taxas de desemprego e a desarticulação dos trabalhadores ou o que é chamado de “precarização das relações de trabalho”.

Ao longo dos anos 1990 com a adoção de políticas neoliberais, iniciadas no governo Collor e acelerada posteriormente como governo de Fernando Henrique, a economia brasileira foi marcada pela abertura econômica rápida, valorização da moeda nacional pelo aumento das taxas de juros, privatizações de estatais, e por consequência o aumento do desemprego, (POCHMANN, 1999, p.65.). Esse período também conhecido como a “década neoliberal” foi um período marcado por grandes transformações no mercado de trabalho, novo (precário) a intensidade da precarização das relações de trabalho, da flexibilização e da terceirização.

De acordo com Mattoso:

Na verdade, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e mais intensamente no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98), são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país. (MATTOSO, 2000).

Alves ainda aponta: “É a década da inserção subalterna do Brasil na mundialização do capital por meio de políticas neoliberais que acentuaram a lógica destrutiva do capital no país” (ALVES, 2002 p.71). O pacote neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso foi essencial para que se criarem tais condições macroeconômicas propícias e vulneráveis e de um novo e instável ciclo de acumulação no Brasil (ALVES, 2002, p.74).

O cenário exposto, portanto, colaborou para que se constituísse uma onda de insegurança no mercado de trabalho brasileiro. Quem pagou a conta mais uma vez foram os trabalhadores. As consequências foram altas taxas de desemprego, as novas e várias formas precárias de contratação, baixos salários, entre outras. A reestruturação do capital acompanhada de políticas neoliberais interferiu diretamente na realidade produtiva e na forma de ser e na



vida dos trabalhadores. Nas formações periféricas como é o caso do Brasil, pode observar-se aumento do contingente de desempregados no setor primário e aumento da informalidade e do chamado setor terciário. Cabe perguntar: Como a juventude se insere nesse contexto?

Um estudo realizado pelo DIEESE (2001) aponta que a permanência dessa onda de desemprego e insegurança no mercado de trabalho no Brasil fez com que os jovens que estavam se inserindo no mercado de trabalho perdessem empregos formais. Ainda sobre a questão da juventude no Brasil em tempo mais recente, segundo estudos realizados pelo mesmo instituto, na década atual, a taxa de desemprego aberto da população adulta diminuiu levemente (6,1%, em 2005), mas o desemprego dos jovens aumentou (19,1%, em 2005).

Pochmann (2007) ainda ressalta que o aumento na quantidade de jovens se deu de forma diferenciada da evolução do restante da população. Sobretudo em relação ao desemprego, que cresceu muito mais para os jovens do que para as demais faixas etárias. Em 2005, por exemplo, a quantidade de jovens desempregados chegou a 107% superior a de 1995, enquanto o desemprego para a população economicamente restante do país foi 90,5% superior nos últimos dez anos.

#### **4. METODOLOGIA**

A revisão bibliográfica compreende os principais conceitos relacionados ao jovem e ao mercado de trabalho brasileiro. Além disso, buscou-se na bibliografia existente sobre o mundo do trabalho contribuições que permitem uma interpretação mais abrangente, favorecendo a compreensão das relações existentes entre juventude e mercado de trabalho, suas principais adversidades e características.

Para a coleta de dados e análises serão utilizados os dados disponíveis pelo PNAD/IBGE (tanto de 2006 como de 2013) e ainda da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST)/Diretoria de Trabalho e Emprego (DITE) do Estado de Santa Catarina. Além disso, apesar da existência de diferentes recortes, o objeto de análise compreende os jovens de 15 a 24 anos de idade. Conforme já descrito anteriormente, as definições e parâmetros utilizados são definidos pelo IBGE. Neste sentido, entende-se por PEA tanto os indivíduos “ocupados” como “desocupados”, ou melhor, aqueles que estavam

trabalhando no período da pesquisa e que estavam procurando emprego. Outras variáveis objeto de análise serão gênero, ocupação principal, emprego formal e informal, nível de escolaridade e local de exercício da atividade remunerada (urbana ou rural). Os dados coletados se referem ao Estado de Santa Catarina. A descrição dos dados está apresentada a seguir, bem como a comparação entre o período de análise (2006-2013). O período escolhido permite uma observação interessante sobre como as mudanças mais recentes afetaram a situação da juventude e sua relação com o mercado de trabalho.

## 5. JUVENTUDE E TRABALHO EM SANTA CATARINA – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Da PEA total de Santa Catarina em 2006, os jovens (de 15 a 24 anos) correspondiam a 22,93%. Já em 2013, essa proporção sofreu leve queda, passando a 20,16% (IBGE/PNAD, 2006; 2013).

**Tabela 1:** Dados PEA e não PEA para a população jovem de Santa Catarina (15 a 24 anos) - 2006 a 2013

Ano s	Pop. 15 a 24 anos	Economicamente ativas		Não economicamente ativas	
	Total	Total PEA	% do total PEA	Total não PEA	% do total PEA
<b>2006</b>	1.078.155	766.632	71,11%	311.523	28,89%
<b>2013</b>	1.079.454	741.418	68,68%	338.036	31,32%

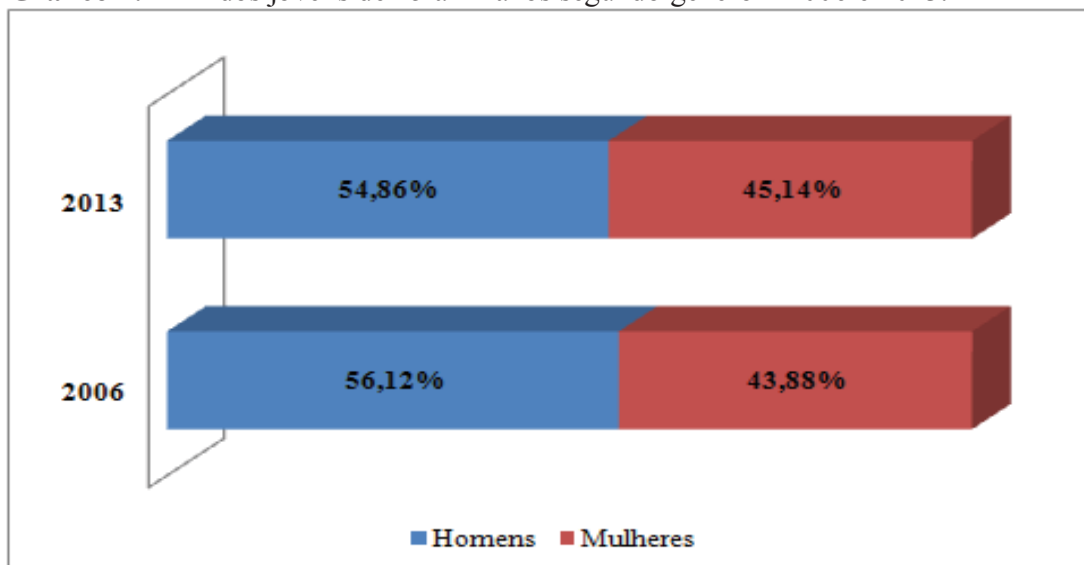
Fonte: (IBGE/PNAD, 2006; 2013).

Em termos absolutos, houve crescimento da população entre 15 e 24 anos no período citado acima, em 0,12%. Porém a PEA juvenil sofre uma queda, pois em 2006, 71,11% dos jovens eram economicamente ativos, ao passo que em 2013, 68,68% se enquadravam nesta categoria (queda de 3,28%). Evidentemente que os jovens não economicamente ativos experimentaram um leve crescimento. Outro dado importante, leva em consideração a vinculação da PEA a características urbanas e rurais. Em 2006, da PEA juvenil, 83,02% estavam trabalhando ou procurando emprego nos espaços urbanos de Santa Catarina, enquanto 17,98% dos jovens o faziam nos espaços rurais. Já em 2013, houve um incremento do

mercado de trabalho juvenil nos espaços urbanos: os jovens trabalhadores da cidade passam a ser 88,38% enquanto os do campo, 11,63%. Isso também é resultado do processo de concentração urbana e ainda, do êxodo rural (IBGE/PNAD, 2006; 2013). A dificuldade do jovem em permanecer no campo, aliada a atratividade dos grandes centros urbanos, faz com que o jovem recorra a migração do campo para a cidade de forma cada vez mais acentuada. Assim, para alterar esta migração, faz-se necessário que os governos criem políticas públicas de estímulo a permanência dos jovens no interior do país.

Observa-se no gráfico 1 a distribuição da PEA juvenil segundo gênero.

**Gráfico 1:** PEA dos jovens de 15 a 24 anos segundo gênero – 2006 e 2013.



Fonte: (IBGE/PNAD, 2006; 2013).

Como se evidencia no gráfico 1, os jovens do sexo masculino são maioria na PEA catarinense, tanto em 2006 (56,12% ante 43,88%) como em 2013 (54,86% ante 45,14%). Convém destacar que neste período a população feminina empregada ou que estava à procura de emprego, experimentou um pequeno aumento, ao passo que a masculina diminuiu (IBGE/PNAD, 2006; 2013). Tal situação pode refletir a presença cada vez mais forte das mulheres no mercado de trabalho (apesar das distorções ainda encontradas, como menor remuneração se comparadas aos homens). Quanto a ocupação dos jovens, é possível identificar as principais atividades econômica na tabela dois (considerando a PEA).

**Tabela 2:** posição na ocupação dos jovens de 15 a 24 anos (PEA 2006 e PEA 2013).

Posição na ocupação no trabalho principal	PEA 2006		PEA 2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Empregados	524.603	68,4%	592.591	79,9%
Trabalhadores domésticos	28.372	3,7%	7.406	1,0%
Conta própria	39.373	5,1%	47.813	6,4%
Empregadores	7.528	1,0%	6.061	0,8%
Não remunerados	74.114	9,7%	24.241	3,3%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	5.790	0,8%	1.347	0,2%
Trabalhadores na construção para o próprio consumo	0	0,0%	0	0,0%
Não ocupada/desempregada	86.852	11,3%	61.959	8,4%
<b>TOTAL PEA</b>	<b>766.632</b>	<b>100,00</b>	<b>741.418</b>	<b>100,00</b>

Fonte: (IBGE/PNAD, 2006; 2013).

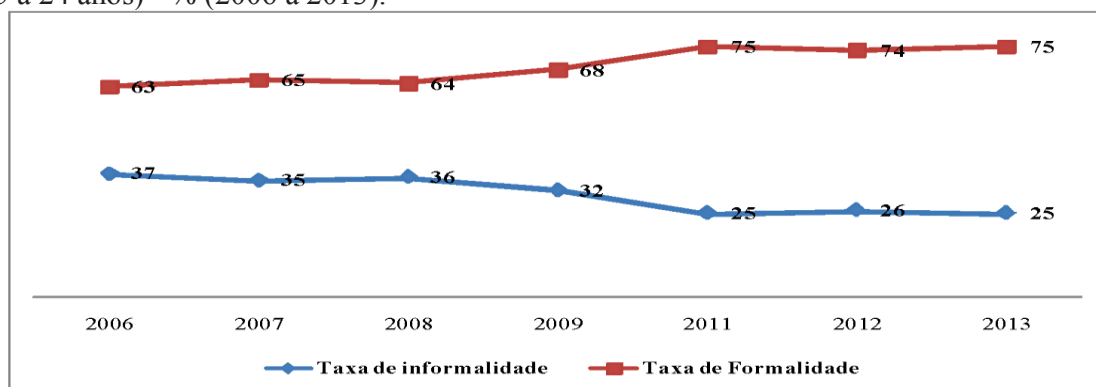
A maioria dos jovens catarinenses da PEA encontrava-se na categoria de empregados, tanto em 2006 (68,4%) como em 2013 (79,9%). Um incremento de 12,95%. Não por acaso, quase todas as demais categorias experimentaram queda. A taxa de jovens não ocupados/desempregados da PEA catarinense também caiu ao longo do período analisado. Se em 2006 era de 11,3% (86.852 jovens), passou a 8,4% (61.959) em 2013 (IBGE/PNAD, 2006; 2013). A queda desta taxa indica um bom sinal, mas ainda não é o ideal. Por exemplo, de acordo com SST/SINE/SC (2015), a taxa de desemprego da PEA adulta em 2013 foi de 3,2%. Sem contar que, quanto menor a idade dos jovens, maior é a taxa de desemprego: por exemplo, entre os jovens de 15 a 19 anos, essa taxa se eleva para 11,1%. Isso mostra as dificuldades que os jovens encontram no mercado de trabalho. Além disso, quanto menor for os anos de experiência e ensino, menores serão os salários. Obviamente, a contratação de jovens com pouca qualificação acaba sendo uma estratégia das empresas na redução de custos.

Retomando a questão da PEA juvenil (15 a 24 anos), o desemprego é um pouco maior entre as jovens. Com relação a questão de gênero, em 2006, tanto em termos absolutos como em relativos, a taxa de desemprego era mais elevada para as mulheres jovens: 50.953 ou 15,15% estavam desempregadas, enquanto 35.899 (ou 8,34%) jovens do sexo masculino

estavam sem emprego. Em 2013 a situação melhorou consideravelmente, apesar de ainda ser desigual: em números absolutos, os jovens masculinos eram a maioria sem emprego (32.326 homens e 29.633 mulheres), mas em termos proporcionais as jovens ainda ostentavam uma taxa maior de desemprego: 8,9% (ante 7,9% dos homens) (IBGE/PNAD, 2006; 2013).

A taxa de formalidade (conforme gráfico 2) vem aumentando ao longo dos anos. Em 2006, 63% dos jovens catarinenses atuavam no mercado com carteira assinada, ao passo que 37% o faziam através da informalidade. Já em 2013, a taxa de formalidade entre os jovens passou a ser de 75%, ante a informalidade de 25% (SST/SINE/SC, 2015). É um bom avanço, mas cabe alguns questionamentos. Afinal, 25% dos jovens de Santa Catarina ainda atuam no mercado informal e, portanto, não têm seus direitos trabalhistas e de previdenciários garantidos. A informalidade pode ser fruto de diversos fatores. Muitas unidades produtivas ainda atuam sem serem formalizadas. Possivelmente, parte destas iniciativas busca uma redução de custos com a mão de obra, sendo que os jovens constituem um perfil interessante para estes empreendimentos. Além disso, a dificuldade em obter o primeiro emprego ocasiona certa insegurança ao jovem. Assim, este jovem, em virtude da inexperiência, acaba aceitando exercer uma atividade remunerada na informalidade visando obter renda e permitir a aquisição de certa experiência (mesmo que não comprovada). No entanto, algumas empresas utilizam deste artifício para explorar ainda mais os trabalhadores, permitindo uma maior acumulação de mais-valia. Afinal, os custos com a previdência (aliados a salários mais elevados) reduziriam a margem de lucro das empresas que utilizam deste subterfúgio.

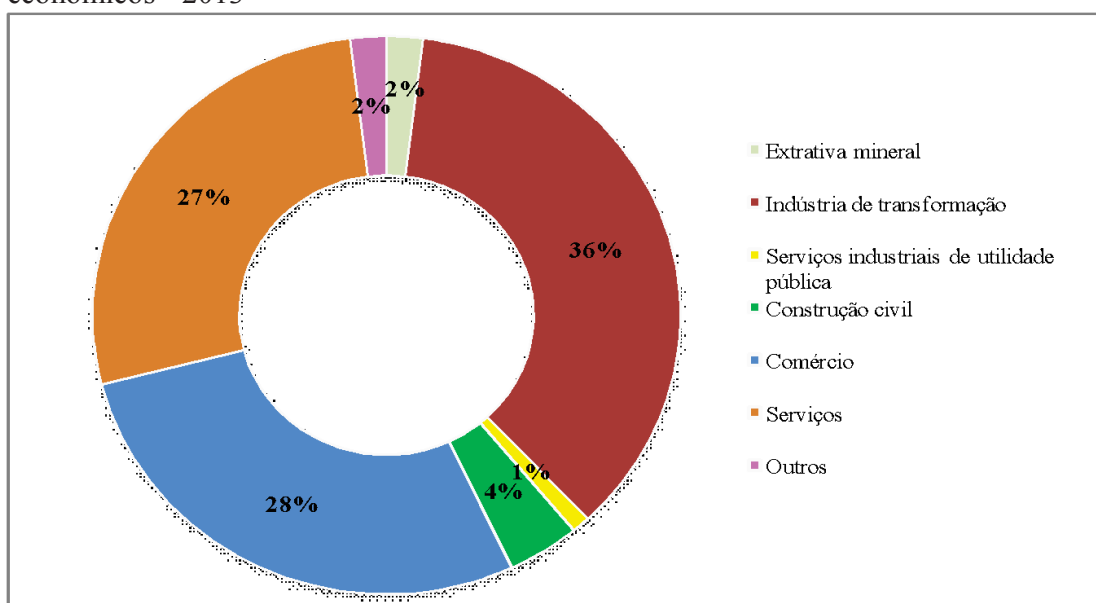
**Gráfico 2:** Evolução da taxa de informalidade e de formalidade dos jovens em Santa Catarina (15 a 24 anos) - % (2006 a 2013).



Fonte: SST/SINE/SC (2015).

De acordo com um retrato da dinâmica do mercado formal dos jovens de Santa Catarina de 2013, organizado pela SST/SINE/SC (2015), o setor econômico que mais gerou empregos foi o da indústria da transformação, com 36%. Destaca-se ainda o comércio, com 28%, seguido do setor de serviços, com uma taxa de 27%. Esses três setores foram responsáveis por empregar mais de 90% dos jovens de Santa Catarina em 2013.

**Figura 1:** participação dos jovens catarinenses no mercado formal de trabalho por setores econômicos - 2013



Fonte: SST/SINE/SC (2015).

Ainda falta um estudo mais aprofundado que relacione a escolaridade da juventude trabalhadora do Estado catarinense. De acordo com dados do SST/SINE/SC (2015), para 2013, a maioria dos jovens trabalhadores de Santa Catarina possuíam o ensino médio completo: 52%. Outros 18% ainda não tinham completado tal nível escolar citado e ainda, 11% tinham apenas o ensino fundamental completo. Apesar de poucos, vale ressaltar que 0,2% foram considerados analfabetos. Em nosso modo de ver, a escolaridade do jovem trabalhador catarinense é baixa. Afinal de contas, mais de 40% ainda não tinha o ensino médio completo. Evidente que isso acaba corroborando com posto de trabalhos mais precários e com um nível salarial muito abaixo da média. A SST/SINE/SC (2015) ainda disponibilizou alguns dados de salário para as faixas etárias, mas com referência apenas ao ano de 2014. A título de

exemplo, quanto menor a idade dos jovens, menor era a remuneração. Na contratação a maioria dos jovens até dezessete anos recebiam pouco mais de um salário mínimo: R\$ 804,44. Já aqueles entre 18 e 24 anos chegavam a ganhar no ato da contratação, R\$ 1.095,01. Esse valor corresponde a 85% da média salarial de contratação geral do Estado (SST/SINE/SC, 2015). Conforme já descrito anteriormente, a inexperiência e os poucos anos de estudo fazem com que os jovens acabem recebendo menores salários.

## 6. CONCLUSÕES

A inserção do jovem no mercado de trabalho é um tema problemático. Infelizmente, a tendência é que o mercado de trabalho reproduza as hierarquias sociais preexistentes, limitando aos jovens de classe baixa, sobretudo, ocupações desvalorizadas, mal remuneradas e precárias. Além disso, as condições do jovem no mercado de trabalho no mundo, bem como no Brasil, são caracterizadas pelas desigualdades, tais como gênero, grau de instrução, anos de experiência, região, atividade econômica, dentre outras. A finalidade deste artigo foi apresentar um breve panorama sobre o jovem e o mercado de trabalho catarinense. Para isso, apresentamos os conceitos mais importantes, em seguida, apresentamos as transformações no mundo do trabalho e por fim apresentamos dados da realidade da juventude catarinense.

Á título de (in) conclusões) cabe destacar os dados que podem ser mais preocupantes. Os dados revelaram que PEA juvenil sofre uma queda, pois em 2006, 71,11% dos jovens eram economicamente ativos, ao passo que em 2013, 68,68% se enquadravam nesta categoria (queda de 3,28%). Evidentemente que os jovens não economicamente ativos experimentaram um leve crescimento. Os dados sugerem também que a juventude vem aumentando no Estado. Outro dado a ser considerado é o de que os jovens trabalhadores da cidade passam a ser 88,38% enquanto os do campo, 11,63%. Isso também é resultado do processo da chamada concentração urbana e como consequência o êxodo rural, o jovem sem perspectivas no campo parte em busca de oportunidade nos centros urbanos. Percebeu-se uma queda na taxa do desemprego em Santa Catarina, o que é muito positivo. Todavia, se observarmos as outras categorias por exemplo, só observar que a mesma taxa entre os adultos em 2013 foi de 3,2%. Sem contar que, quanto menor a idade dos jovens, maior é a taxa de desemprego: por

exemplo, entre os jovens de 15 a 19 anos, essa taxa se eleva para 11,1%. Isso mostra as dificuldades que os jovens encontram no mercado de trabalho.

Partimos da premissa que a juventude enfrenta inúmeras adversidades para inserção no mercado de trabalho e, quando inserido, acaba recebendo tratamentos desigual se comparado a outros segmentos. A remuneração inferior seria uma destas disparidades. Os resultados apontam que, além da remuneração mais baixa, a não formalização de um percentual significativo de jovens indicam os óbices que o jovem enfrenta no mercado de trabalho. Outro dado significativo indica que a migração do jovem do campo para os grandes centros urbanos continua ocorrendo de maneira acentuada. Isto indica que a ausência de políticas públicas e/ou a ineficiência de ações governamentais implicam na saída do jovem em busca de melhores oportunidades. Dado o histórico de ensino no interior do país, provavelmente esta força de trabalho que se desloca para os centros urbanos é precária no que tange sua qualificação/habilidades. Isto acarreta em salários menores. Seria interessante estudos neste sentido para confirmar tal apontamento. No entanto, não restam dúvidas de que há desigualdades, no país e em Santa Catarina quanto a inserção do jovem no mercado de trabalho. Outra questão que merece ser examinada é o significativo percentual de jovens que trabalham na informalidade.

Não restam dúvidas de que são necessários uma quantidade maior de estudos e análises para compreender a relação entre a juventude e o mercado de trabalho brasileiro. Além disso, o poder público e a sociedade civil organizada devem discutir alternativas para melhorar a inserção do jovem no mercado de trabalho. Tais políticas devem, além de permitir a entrada do jovem no mercado de trabalho, ser libertadora, no sentido de tornar o jovem independente e em boas condições para seu sustento. Não basta às empresas apenas seguirem a legislação e contratarem estagiários e aprendizes. Se as mesmas fomentassem e/ou incentivassem a educação de qualidade estariam formando não só mão-de-obra qualificada e experiente, mas cidadãos qualificados e experientes.

Evidentemente, existem especificidades quanto ao mercado de trabalho nacional e estadual/regional. Entretanto, a percepção é de que as desigualdades são semelhantes e apresentam um cenário desfavorável a inserção do jovem neste mercado de trabalho. Outras pesquisas e estudos seriam importantes e necessários para a formulação de diagnósticos mais completos e detalhados sobre os problemas e adversidades que a juventude brasileira enfrenta



quando da procura iniciar e avançar em suas vidas profissionais. Todavia, um aspecto é perturbador: a inserção do jovem no mercado de trabalho é um tema problemático e complexo, o que implica em soluções não tão simples de serem adotadas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena, (1994). **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita.

ABRAMO, Helena W; BRANCO, Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ANTUNES. R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed, São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/antunes-adeus-ao-trabalho.pdf>

ANTUNES. R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, vol. 25, núm. 87, maio-agosto, 2004, pp. 335-351 Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=87314215003#>

CENSO 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso em 10. Fev.2012.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Diário Catarinense. Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/05/pesquisa-revela-que-santa-catarina-tem-o-menor-indice-de-desemprego-do-pais-4756263.html> Acesso em 01 de junho de 2015.

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na história.** São Paulo: Loyola, 2003.

DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercado trab.xml>

FREITAS, M. Juventude: Mapeando a situação: In; **Curso de Verão ano XXI: Juventude: Caminho para outro mundo possível.**/Jose Oscar Beozzo (org). São Paulo; Paulus, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 6. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje.** Trad. E. Sader. São Paulo: Viramundo, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/Notas\\_Tecnicas/transmetod.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas/transmetod.pdf) Acesso em 01 de junho de 2015.

IPEA. **Juventude e Políticas Públicas. 2009.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>

MARX, Karl. **O CAPITAL.** Livro I. Editora: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1988.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Políticas de emprego e renda para a juventude.** Disponível em: [http://www.mte.gov.br/politicas\\_juventude/default.asp](http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/default.asp)

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editora. 2005.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital.** Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Carlos A. B. de; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente e juventude no Brasil.** [Brasília]: 2009. 220 p.

POCHMANN. M. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educ. Soc. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

POCHMANN, M. **O trabalho sob o fogo cruzado.** São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN. M. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. 2007.** Disponível em: [http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/TRANSFORMAR\\_LEITURA/situa%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_jovem\\_no\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/TRANSFORMAR_LEITURA/situa%C3%A7%C3%A3o_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf) Acesso em: 25. Fev.2012.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/ped/pedmv98/conceito.html> Acesso em 01 de junho de 2015.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/> Acesso em 15. Fev. de 2012.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes.** Brasília: UNESCO, 2004.